JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.04.04 06:39:27 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 4 de abril de 2023 • Nº 1533 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

MARÇO

Balança registra maior superávit da história

Beneficiada pelo aumento das exportações de petróleo, milho e soja, a balança comercial registrou o maior superávit da história para meses de março. No mês passado, o país exportou US$ 10,956 bilhões a mais do que importou, com alta de 37,7% em relação a março de 2022. Esse foi o melhor resultado desde o início da série histórica, em 1989. Nos três primeiros meses do ano, a balança comercial acumula superávit de US$ 16,068 bilhões. Isso representa 29,8% a mais que o registrado nos mesmos meses do ano passado pelo critério da média diária. O saldo acumulado também é o mais alto para o período desde o início da série histórica. Os dados foram divulgados ontem pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. PÁGINA 2

TRIBUTAÇÃO

Haddad prevê arrecadar até R$ 8 bi com 'varejo digital'

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) afirmou ontem que estima arrecadar até R$ 8 bilhões com a tributação de plataformas de varejo internacionais que driblam as regras da Receita Federal. A taxação faz parte do pacote de até R$ 150 bilhões em medidas propostas pelo Ministério da Fazenda para conseguir atingir as metas previstas na proposta do novo arcabouço fiscal. "O problema todo é o contrabando. O comércio eletrônico faz bem para o país, estimula a concorrência. O que temos de coibir é o contrabando porque está prejudicando muito as empresas brasileiras que pagam impostos", afirmou Haddad, sem citar nomes de varejistas estrangeiras específicas. Segundo o titular da Fazenda, as empresas "não podem fazer concorrência desleal com quem está pagando imposto" no país. O valor esperado de arrecadação com a taxação é estimado "entre R$ 7 bilhões e R$ 8 bilhões", disse. PÁGINA 2

VEÍCULOS

Fundo de petroleiras poderá ser usado para renovar frota de carros

VALTER CAMPANATO/ABRASIL

Os donos de carros muito antigos poderão receber um incentivo para trocar de veículos, disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (**foto**). No início desta noite, ele tratou da ampliação do Programa Renovar com o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin. "Vim tratar com o vice-presidente da possibilidade de estabelecer um programa que usa o fundo das petroleiras e dedicar esse fundo à transição ecológica por meio da renovação de frota de carros muito velhos, que precisam ser retirados de circulação, mediante indenização para que a frota seja renovada em respeito ao meio ambiente", declarou Haddad. Segundo Haddad, os técnicos do Ministério da Fazenda estudarão a proposta. PÁGINA 3

CRIME SEM CASTIGO

Militares torraram verba da Covid-19 com picanhas

PÁGINA 4

EDUCAÇÃO

Governo deve barrar novo ensino médio

Pressionado por críticas crescentes de educadores e estudantes, o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai suspender a implementação do novo ensino médio. Uma portaria deve ser publicada nos próximos dias com a interrupção do prazo de implementação da política. O texto também irá sustar as mudanças no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) previstas para 2024, que adequariam o exame ao previsto nas novas regras da etapa. O Enem é a principal porta de entrada para o ensino superior público no país. PÁGINA 4

CLIMA

Ressaca no RJ invade ruas e inunda casas no litoral

PÁGINA 5

TEMPO DE PUNIÇÃO

JOSÉ CRUZ/ABRASIL

PGR pede que Supremo declare 'trabalho escravo' como crime imprescritível

A PGR (Procuradoria-Geral da República) pediu ontem ao STF (Supremo Tribunal Federal) que reconheça como imprescritível o crime de trabalho análogo à escravidão. Caso isso ocorra, não haverá um limite de tempo para a punição a esse tipo de prática ilícita. Na ação, o procurador-geral da República, Augusto Aras (**foto**), também pede que o Supremo determine por meio de liminar (decisão urgente e provisória) que, até o julgamento do processo, juízes e tribunais se abstenham de declarar a prescrição desse tipo de crime. PÁGINA 3

INDICADORES

IBOVESPA: -0,37% / 101.506,18 / -376,02 / Volume: R$ 21.651.891.842 / Negócios: 4.282.048

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS ON N2	27.75	+4.76	+1.26
PETROBRAS PN N2	24.49	+4.43	+1.04
PETRORIO ON NM	32.40	+3.88	+1.21
GRUPO NATURAON NM	13.57	+2.80	+0.37
SUZANO S.A. ON NM	42.74	+2.74	+1.14

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
HAPVIDA ON NM	2.45	–6.49	–0.17
LOJAS RENNERON NM	15.41	–7.00	–1.16
MARFRIG ON NM	6.30	–5.12	–0.34
GRUPO SOMA ON NM	7.640	–5.80	–0.470
ASSAI ON NM	14.770	–4.95	–0.770

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	24.49	+4.43	+1.04
VALE ON NM	80.31	+0.02	+0.02
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	24.03	–2.81	–0.70
LOJAS RENNERON NM	15.41	–7.00	–1.16
BRADESCO PN N1	12.84	–2.51	–0.33

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	33.601,15	+0,98
NASDAQ Composite	12.189,452	-0,27
Euro STOXX 50	4.307,22	-0,26
FTSE 100	7.673	+0,54
DAX 30	15.580,92	-0,31
Ftse Mib	27.179,37	+0,24

Salário mínimo	R$ 1.302,00
Ufir	R$ 3,7053
Taxa Selic (22/03)	13,75%
Poupança 3 (4/4)	0,74%
TR (prefixada) (mar./23)	0,2392%
IGP-M	0,05% (mar.)
IPCA (5)	0,76% (mar.)
CDI 0,05	até o dia 03/abr.
OURO BM&F/grama	R$ 322,50
EURO Comercial	Compra: 5,5297 Venda: 5,5303
EURO turismo	Compra: 5,5730 Venda: 5,7530
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,0631 Venda: 5,0637
DÓLAR comercial	Compra: 5,0702 Venda: 5,0708
DÓLAR turismo	Compra: 5,0858 Venda: 5,2658

Economia

MERCADOS

Bovespa fecha em queda de 0,37%; dólar tem leve alta de 0,01%

A forte alta do petróleo faz com que a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechasse em queda ontem. Porém, no final, a alta das ações da Petrobras fez com que o desempenho geral tivesse uma melhora no final do pregão, compensando os efeitos da forte alta do petróleo em bancos e varejistas, impactados pela perspectiva de alta da inflação.

O Ibovespa (Índice Bovespa) fechou em baixa de 0,37%, a 101.506 pontos. Na mínima do dia, o índice chegou a atingir os 100.650 pontos. O dólar comercial à vista fechou praticamente estável, com leve alta de 0,01%, a R$ 5,07.

No mercado de futuros, os juros também ficaram próximos da estabilidade. Nos contratos para janeiro de 2024, a taxa passou dos 13,19% da última sexta-feira para 13,2% ontem. Para janeiro de 2025, a taxa apresentou leve queda, de 12,01% para 11,97%. No vencimento em janeiro de 2027, os juros passaram de 12,07% para 12,04%.

A cotação do petróleo tipo Brent subia 6,33% às 17h00 (horário de Brasília), com o valor do barril saindo de menos de US$ 80 na última sexta-feira para perto de US$ 84,82 ontem.

As ações ordinária e preferenciais da Petrobras subiram 4,75% e 4,43%, respectivamente. As ordinárias de 3R Petroleum fecharam com alta de 1,56%, e as da PRIO avançaram 3,87%.

No varejo, destaque para as ações ordinárias de Lojas Renner e Grupo Soma, com quedas de 7% e 5,79%, respectivamente. A ordinária do Assaí caiu 4,95%. Entre os grandes bancos, a maior baixa estava com a preferencial do Itaú, caindo 2,79%. As preferenciais das aéreas Azul e Gol caíam cerca de 4,15% e 3,89%.

Em Nova York, o índice Dow Jones encerrou ontem em alta de 0,98%. O S&P 500 fechou com avanço de 0,37%. O Nasdaq, composto por empresas de tecnologia, mais sensíveis à qualquer percepção de alta de inflação e juros, caiu 0,27%.

MARÇO

Balança comercial registra maior superávit da história

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Beneficiada pelo aumento das exportações de petróleo, milho e soja, a balança comercial registrou o maior superávit da história para meses de março. No mês passado, o país exportou US$ 10,956 bilhões a mais do que importou, com alta de 37,7% em relação a março de 2022. Esse foi o melhor resultado desde o início da série histórica, em 1989.

Nos três primeiros meses do ano, a balança comercial acumula superávit de US$ 16,068 bilhões. Isso representa 29,8% a mais que o registrado nos mesmos meses do ano passado pelo critério da média diária. O saldo acumulado também é o mais alto para o período desde o início da série histórica. Os dados foram divulgados ontem pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

No mês passado, o Brasil vendeu US$ 33,06 bilhões para o exterior e comprou US$ 22,104 bilhões. As exportações subiram 7,5% em relação a março de 2022, pelo critério da média diária, registrando recorde para o mês. As importações caíram 3,1% pelo critério da média diária, mas, por causa do maior número de dias úteis em março deste ano, atingiram o valor mais alto da história.

No caso das exportações, a alta deve-se mais ao aumento do volume comercializado que dos preços internacionais das mercadorias. No mês passado, o volume de mercadorias exportadas subiu em média 18,5% na comparação com março do ano passado, enquanto os preços médios recuaram 5,6%.

Nas importações, a quantidade comprada caiu 3,7%, refletindo a desaceleração da economia, mas os preços médios aumentaram 2,4%. A alta dos preços foi puxada principalmente por motores e máquinas não elétricos e por compostos químicos, itens que ficaram mais caros após o início da guerra entre Rússia e Ucrânia. Os preços dos fertilizantes químicos, que subiram fortemente no ano passado, caíram 24,4% na comparação entre março de 2023 e de 2022.

SETORES

No setor agropecuário, a recuperação de embarques, que tinham atrasado em fevereiro, pesou mais na alta das exportações, apesar da valorização das *commodities* (bens primários com cotação internacional). O preço médio avançou 3,6% em março na comparação com o mesmo mês de 2022, enquanto o volume de mercadorias embarcadas subiu 9,8%. Na indústria de transformação, a quantidade exportada subiu 4,3%, com o preço médio aumentando 1%.

Na indústria extrativa, que engloba a exportação de minérios e de petróleo, a quantidade exportada subiu 57,8%, mas os preços médios recuaram 20,5% em relação a março do ano passado.

O petróleo bruto voltou a puxar a alta das exportações, com o volume exportado subindo 102,7%, apesar da queda de 24,1% nos preços entre março de 2022 e março de 2023. Isso ocorreu por causa da retomada de plataformas da Petrobras que estavam em manutenção. Após um ano de altas contínuas, os preços do petróleo estão caindo porque os efeitos da guerra na Ucrânia e da recuperação econômica após a fase mais aguda da pandemia de covid-19 já foram incorporados às cotações.

Na comparação entre fevereiro do ano passado e deste ano, os produtos com maior destaque na alta das exportações agropecuárias foram arroz com casca (+457,4%), milho não moído, exceto milho doce (+6.138,9%) e soja (+8,9%). O crescimento compensou a queda em outros produtos, como café (-30,2%) e algodão bruto (-62,7%).

Na indústria extrativa, as maiores altas foram registradas nas exportações de óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (+53,8%) e outros minerais brutos (+131,7%), compensando a queda das exportações de minério de ferro (-19,7%). Na indústria de transformação, as maiores altas ocorreram em carnes de aves (+23,1%), açúcares e melaços (+39,8%) e farelos de soja e outros alimentos para animais (+37,3%).

Quanto às importações, as maiores quedas foram registradas nos seguintes produtos: milho não moído (-84,8%) e soja (-77,1%) na agropecuária; petróleo bruto (-12,6%) e gás natural (-80,2%), na indústria extrativa; e inseticidas e agrotóxicos (-39,3%) e válvulas e tubos termiônicos (-28,5%), na indústria de transformação.

PLANEJAMENTO

Petrobras anuncia que revisará processos de desinvestimentos

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

A Petrobras anunciou ontem que a revisão dos processos de desinvestimentos não assinados será realizada no âmbito dos ajustes ao Planejamento Estratégico da companhia.

No dia 17 de março, a direção da empresa informou que não havia encontrado, até àquele momento, fundamentos que justificassem a suspensão de projetos com contratos já assinados. A estatal, por meio de sua diretoria executiva, disse que fez estudo preliminar sobre processos de desinvestimentos em andamento, iniciados no governo passado.

O Ministério de Minas e Energia havia solicitado formalmente à Petrobras a suspensão da venda de ativos por 90 dias, em razão da reavaliação da Política Energética Nacional, que se encontra em curso e da instauração de nova composição do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

"Os processos em que não houve contratos assinados seguirão em análise", informou a empresa ao Conselho de Administração.

TRIBUTAÇÃO

Haddad prevê arrecadar até R$ 8 bilhões com 'contrabando digital'

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) afirmou ontem que estima arrecadar até R$ 8 bilhões com a tributação de plataformas de varejo internacionais que driblam as regras da Receita Federal.

A taxação faz parte do pacote de até R$ 150 bilhões em medidas propostas pelo Ministério da Fazenda para conseguir atingir as metas previstas na proposta do novo arcabouço fiscal.

"O problema todo é o contrabando. O comércio eletrônico faz bem para o país, estimula a concorrência. O que temos de coibir é o contrabando porque está prejudicando muito as empresas brasileiras que pagam impostos", afirmou Haddad, sem citar nomes de varejistas estrangeiras específicas.

Segundo o titular da Fazenda, as empresas "não podem fazer concorrência desleal com quem está pagando imposto" no país. O valor esperado de arrecadação com a taxação é estimado "entre R$ 7 bilhões e R$ 8 bilhões", disse.

Haddad afirmou não saber quais companhias são as "contrabandistas" e disse que "não se taxa uma empresa" em específico.

Em março, deputados e senadores da FPE (Frente Parlamentar Mista do Empreendedorismo) pediram que Haddad atue pelo fim do "contrabando digital" feito, segundo eles, por empresas chinesas. Os parlamentares afirmam que as companhias asiáticas vendem produtos sem taxação ou subfaturados no país

Varejistas digitais estrangeiras, especialmente as chinesas AliExpress e Shein e a Shopee, de Singapura, abocanharam uma parte significativa do mercado brasileiro com produtos mais baratos.

"O Brasil hoje recebe 500 mil pacotes diários vindos da China, em que os valores são subfaturados e os pacotes são multiplicados", afirmou o deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), presidente da FPE, após o encontro no mês passado.

"Você compra cinco camisetas da Shein. Ela manda cinco pacotes, um com cada camiseta, para estar abaixo do valor que é taxado, que é de US$ 50 (R$ 262). Mesmo assim, quando passa de US$ 50, o valor da nota fiscal vem subfaturado."

Em nota, a Shein diz cumprir as leis e regulamentos locais do Brasil.

"A Shein reitera que tem se esforçado também para estabelecer parcerias com diversos fornecedores e vendedores locais no mercado brasileiro, bem como alavancar a plataforma de vendas, insights e marketing da companhia para apoiar o crescimento e sucesso dos seus negócios no país."

As varejistas nacionais reclamam da falta de isonomia na tributação e da diferença nos custos trabalhistas, o que daria vantagem competitiva para plataformas internacionais, que conseguem oferecer preços mais baixos.

As empresas de comércio eletrônico estrangeiras são acusadas de praticar "contrabando digital" e evasão fiscal, ao supostamente se aproveitarem de brechas nas regras e fraudarem vendas para evitar a cobrança de impostos de importação.

A taxação das plataformas que descumpram as regras da Receita faz parte do pacote de medidas propostas pela Fazenda para arrecadar mais e conseguir atingir as metas previstas no arcabouço fiscal, entregando a melhora nas contas públicas prometida para os próximos anos.

Na última quinta-feira (30), o ministro afirmou que o pacote pode elevar a arrecadação federal entre R$ 100 bilhões e R$ 150 bilhões por ano.

CNI

Indústria segue em desaceleração com demanda fraca

O novo relatório da CNI (Confederação Nacional da Indústria) sobre o desempenho do setor em fevereiro, divulgado ontem, não apresenta novos avanços capazes de reverter a desaceleração no ritmo da atividade registrado nos últimos meses.

O cenário é de demanda enfraquecida com o faturamento em trajetória de queda moderada, assim como a utilização da capacidade instalada.

Na série dessazonalizada, o faturamento real recuou 0,1% na comparação com janeiro, alcançando cinco quedas dentro de seis meses. Na comparação com fevereiro de 2022, ainda aparece um crescimento de 1,4%.

Já a utilização da capacidade instalada teve um recuou de 0,2 ponto percentual na comparação com janeiro e de 2,2 pontos ante fevereiro de 2022. Foi a terceira redução mensal consecutiva, reiterando a trajetória de queda gradual iniciada em 2021.

O emprego segue estável, ainda segundo a CNI, sinalizando acomodação do crescimento após a desaceleração do ano passado. Porém, o rendimento médio real e a massa salarial real recuaram entre janeiro e fevereiro.

FGV

Inflação medida pelo IPC-S sobe para 0,74% em março

VITOR ABDALA/ABRASIL

A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ficou em 0,74% em março. A taxa supera a de fevereiro, que foi de 0,34%.

A alta foi puxada principalmente pelos transportes, cuja inflação subiu 2,39 pontos percentuais (pp), ao passar de 0,43% em fevereiro para 2,82% em março. Também tiveram altas os grupos habitação (0,34 pp, subiu de 0,60% para 0,94%) e saúde e cuidados pessoais (0,12 pp, indo de 0,84% para 0,96%).

O grupo de despesas com alimentação passou de uma deflação (queda de preços) de 0,03% em fevereiro para uma inflação de 0,15% em março, apresentando, portanto, uma alta de 0,18 pp.

QUEDA

Quatro grupos de despesas tiveram queda na taxa inflacionária. O setor que reúne educação, cultura e recreação, que já havia apresentado deflação em fevereiro (-0,8%), teve recuo de preços de 1,9% em março, ou seja, um redução de 1,10 ponto percentual.

Três grupos de despesas acusaram redução, mas continuaram apresentando inflação: despesas diversas (-0,85 pp, indo de 1,01% para 0,16%), comunicação (-0,37 pp, ao passar de 0,67% para 0,30%) e vestuário (-0,25 pp, caindo de 0,36% para 0,11%).

O IPC-S é calculado com base em preços coletados semanalmente em sete capitais brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 30º 17º 85% 06:14 18:01 **VERÃO:** Nublado de manhã com pancadas de chuva à tarde. À noite não chove.

VEÍCULOS

Fundo de petroleiras poderá ser usado para renovar frota

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Os donos de carros muito antigos poderão receber um incentivo para trocar de veículos, disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. No início desta noite, ele tratou da ampliação do Programa Renovar com o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin.

"Vim tratar com o vice-presidente da possibilidade de estabelecer um programa que usa o fundo das petroleiras e dedicar esse fundo à transição ecológica por meio da renovação de frota de carros muito velhos, que precisam ser retirados de circulação, mediante indenização para que a frota seja renovada em respeito ao meio ambiente", declarou Haddad.

Segundo Haddad, os técnicos do Ministério da Fazenda estudarão a proposta. O ministro ressaltou que o dinheiro está separado e não envolverá novos gastos. "Vamos montar uma equipezinha para estudar (a proposta) e vamos dar uma devolutiva para ele (o vice-presidente e ministro Alckmin). O processo é rápido. É um recurso que já está segregado para isso", acrescentou.

Em dezembro, o governo anterior regulamentou o programa Renovar, por meio de decreto. O programa original previa a substituição de caminhões, implementos rodoviários, ônibus, micro-ônibus, vans e furgões com mais de 30 anos de fabricação, por meio de um fundo formado por recursos de empresas de combustíveis. Agora, o governo atual pretende estender o programa a carros muito velhos.

TEMPO DE PUNIÇÃO

PGR pede que STF declare 'trabalho escravo' como crime imprescritível

A PGR (Procuradoria-Geral da República) pediu ontem ao STF (Supremo Tribunal Federal) que reconheça como imprescritível o crime de trabalho análogo à escravidão.

Caso isso ocorra, não haverá um limite de tempo para a punição a esse tipo de prática ilícita.

Na ação, o procurador-geral da República, Augusto Aras, também pede que o Supremo determine por meio de liminar (decisão urgente e provisória) que, até o julgamento do processo, juízes e tribunais se abstenham de declarar a prescrição desse tipo de crime.

Aras, que foi indicado duas vezes à Procuradoria-Geral da República por Jair Bolsonaro (PL) e ficou conhecido pela inércia ante atos do ex-presidente durante sua atuação, tem tentado se aproximar de pautas da esquerda para se viabilizar à recondução ao cargo pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O Código Penal prevê pena de 2 a 8 anos a quem reduzir alguém à condição análoga à escravidão, seja submetendo a pessoa a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, sujeitando-o a condições degradantes de trabalho ou, ainda, restringindo a sua locomoção em razão de dívida.

"A fixação de um limite temporal para a punição pelo Estado a crimes dessa natureza representa violação aos seguintes preceitos fundamentais: dignidade humana, valor social do trabalho, objetivo fundamental de construção de uma sociedade livre e solidária", diz a PGR.

O órgão afirma ainda que essa fixação de limites fere o "princípio internacional da prevalência dos direitos humanos, assim como os direitos à liberdade e à integridade física do trabalhador, a proteção social do trabalho, a expropriação por práticas análogas à escravidão e a imprescritibilidade do crime de racismo".

Segundo o Ministério Público Federal, somente no ano passado foram resgatados 2.575 trabalhadores em situação análoga à escravidão no país.

Ainda de acordo com o órgão, até 20 de março deste ano, o número foi de 918 pessoas, o que representa "aumento recorde de 124% em relação ao mesmo período de 2022".

FRAUDE FISCAL

Trio 'culpado' por rombo bilionário na Americanas propõe aporte de R$ 12 bi

O trio de bilionários brasileiros Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Sicupira, donos da empresa de private equity 3G, acenou com um aporte de R$ 12 bilhões na Americanas para tentar contornar a crise da varejista.

Em fato relevante divulgado ontem, a empresa afirma que a mais recente proposta apresentada aos credores financeiros indica um aumento de capital de curto prazo, em dinheiro, no valor de R$ 10 bilhões, acompanhado de dois aumentos de capital adicionais de até R$ 1 bilhão cada um, em datas futuras a serem acordadas.

O anúncio dos possíveis R$ 12 bilhões vem após uma sinalização de R$ 2 bilhões, R$ 6 bilhões (quando o ex-CEO da Americanas, Sergio Rial, ainda era o interlocutor do trio de bilionários), R$ 7 bilhões e R$ 10 bilhões, em conversas anteriores.

Dentro dos R$ 12 bilhões desta segunda, está o aporte, já realizado, de R$ 2 bilhões, por meio do empréstimo DIP (do inglês debtor-in-possesion financing, ou "financiamento do devedor em posse"), usado apenas em recuperações judiciais, que não demanda uma assembleia geral de credores para ser aprovado e pode ser solicitado já no início do processo, mediante autorização judicial.

"Em caso de falência, é considerado crédito supre prioritário: vai ser o primeiro a receber antes de qualquer outro tipo de crédito, até mesmo do trabalhista", informa o especialista em recuperação judicial Filipe Denki, da Lara Martins Advogados.

"Os dois aumentos de capital adicionais poderão ser acionados caso a companhia esteja, nas datas futuras a serem acordadas, acima de determinados limites máximos de alavancagem ou abaixo de um nível mínimo de liquidez, ambos a serem detalhados oportunamente", diz o fator relevante divulgado nesta segunda pela Americanas.

"A companhia segue empenhada nas negociações destes termos com seus credores financeiros,

não havendo, até o momento, acordo com relação à proposta apresentada", informou a empresa, que vem sendo assessorada pelo banco Rothschild&Co nas negociações.

Para os bancos, houve fraude contábil para inflar os balanços da Americanas ao longo dos últimos anos. Desde que o escândalo veio à tona, na primeira reunião com Rial, os credores financeiros exigiam um aporte significativo para tentar cobrir o rombo. Começaram exigindo um aporte de R$ 16 bilhões, mas alguns já estavam aceitando R$ 12 bilhões.

ATÉ MAIO

Governo Lula vai investir R$ 590 mi para entregar obras do Minha Casa

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (**foto**) informou ontem que vai investir R$ 590 milhões para entregar até maio deste ano 7,4 mil unidades habitacionais no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida.

Rio de Janeiro e São Paulo serão os estados com maior número de unidades entregues nos próximos meses. Serão 1.420 em território paulista e outras 1.432 no Rio.

As unidades que deverão ser entregues até o fim de maio estão localizadas em 17 municípios, de 12 estados brasileiros. Em território paulista, a maior parte delas está no litoral, sendo 300 em Bertioga, 520 em São Vicente e outras 600 em Suzano.

Os empreendimentos do programa Minha Casa, Minha Vida são a principal aposta de Lula para entregar obras e mostrar resultados concretos nos primeiros meses de governo. O presidente já viajou para a entrega de unidades habitacionais no Mato Grosso -reduto bolsonarista- e na Bahia.

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

Um dos focos do governo é retomar obras que estavam paralisadas. Estima-se que mais de 30 mil unidades habitacionais sejam retomadas até o final de 2023.

O Minha Casa, Minha Vida foi relançado em fevereiro, com a assinatura da medida provisória durante viagem do mandatário à Bahia. O governo afirma que a meta é divulgar 2 milhões de unidades habitacionais durante todo o mandato de Lula, até 2026.

A nova versão do programa permite a compra de imóveis usados com recursos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), aumenta o limite de ganhos de famílias de baixa renda que poderão ter acesso à casa própria e inclui pessoas em situação de rua entre os possíveis beneficiários.

O programa é voltado para quem mora em áreas urbanas com renda bruta familiar mensal entre R$ 2.640 e R$ 8.000. Para os moradores de áreas rurais, é considerada a renda bruta anual, de R$ 31.680 a R$ 96 mil.

No mês passado, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse que o governo deve dar subsídio de cerca de R$ 170 mil em residências do Minha Casa Minha Vida para a faixa 1 do programa, voltada para famílias com renda mensal de até R$ 2.640.

O Minha Casa, Minha Vida foi substituído em 2020, no governo de Jair Bolsonaro (PL), pelo Casa Verde e Amarela, que não decolou. O programa sofreu reduções expressivas de verba ano a ano e tirou de seu foco a faixa 1.

CRACOLÂNDIA

Prefeitura muda tática e inclui revista a usuários em ações de limpeza

A Prefeitura de São Paulo mudou sua tática e passou a incluir ontem triagens e abordagens de equipes de saúde às ações feitas três vezes ao dia pelas equipes de zeladoria nas ruas da região central onde a cracolândia se estabeleceu nos últimos quatro meses, nos bairros Santa Ifigênia e Campos Elíseos.

A dinâmica é iniciada por agentes da Guarda Civil Metropolitana (GCM) que entram em meio à aglomeração de usuários de drogas para revistar os usuários e fazer triagem com a Polícia Civil. Em seguida, as equipes de varrição vão desmontar tendas improvisadas usadas, segundo investigações, por traficantes para vender crack sem serem flagrados por câmeras de segurança e drones, e também vão recolher o lixo.

Na sequência, agentes de saúde vão abordar os dependentes químicos para tentar convencê-los a buscar tratamento.

Nesta segunda-feira, foram realizadas duas operações nos moldes da nova dinâmica, nas ruas Guaianases e Conselheiro Nébias. A ideia é que cada turno direcione as ações para uma das ruas onde há aglomeração de usuários de drogas, o que oscila dentro de um perímetro de ruas entre a alameda Barão de Limeira e as avenidas São João e Duque de Caxias.

Até então, equipes de varrição e caminhões de lixo entravam três vezes ao dia em meio ao fluxo para limpar as vias onde os usuários se estabelecem, mas não havia abordagem de usuários.

O esquema iniciado nesta segunda é parecido ao que ocorria quando a aglomeração de usuários de drogas ficava no entorno da praça Júlio Prestes, há um ano, quando a cracolândia se mudou da noite para o dia para a praça Princesa Isabel.

Equipes de zeladoria entravam em meio à aglomeração de usuários com apoio da GCM para limpar as vias e recolher o lixo acumulado. Na ocasião, a Polícia Civil atuava de forma separada por meio de operações para prender traficantes.

A praça Princesa Isabel foi o endereço da cracolândia por cerca de dois meses até ocorrer a operação policial que esvaziou a praça, em maio do ano passado, e grupos de dependentes químicos se espalharam pelas ruas do centro.

A presença do fluxo de usuários nas ruas dos bairros Santa Ifigênia e Campos Elíseos levou comerciantes a fecharem as portas nas ruas mais afetadas pelo comércio e consumo de drogas. Ao menos 23 comerciantes fecharam as portas nos últimos três meses na região da rua Santa Ifigênia e no bairro de Campos Elíseos.

Moradores do entorno da nova cracolândia relatam aumento da violência e casos de roubo desde a chegada da aglomeração de usuários.

Ontem, usuários de drogas atearam fogo a sacos de lixo e materiais recicláveis nas ruas dos Gusmões e Conselheiro Nébias. A reportagem apurou que a ação foi motivada pela prisão de um homem acusado de tráfico de drogas.

REFÚGIO III

Após série de problemas, Prefeitura troca gestão de albergue

A Prefeitura de São Paulo resolveu substituir a organização social responsável pela gestão do albergue Cidade Refúgio III, recém-inaugurado no Belenzinho, zona leste da cidade.

Nas últimas semanas, reportagens da Folha de S.Paulo mostraram as condições precárias do Centro Temporário de Acolhida Água Rasa, na Mooca (zona leste), desativado em 20 de março após a morte de um homem, e também do abrigo Cidade Refúgio III, que recebeu os acolhidos da unidade fechada.

Ambas as unidades eram administradas pela Associação Lar Ditoso. A reportagem procurou a entidade por meio de ligação, email e mensagem no WhatsApp, mas não recebeu resposta até a publicação deste texto.

A Folha de S.Paulo soube da troca de gestão na noite de sábado passado. Em um primeiro momento, a administração Ricardo Nunes (MDB) negou a troca e afirmou, em nota, que havia aberto um procedimento de averiguação. Em novo posicionamento enviado à reportagem, a prefeitura confirmou a quebra de contrato.

"A decisão pelo encerramento da parceria foi da Smads (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social), em razão das avaliações feitas pela equipe técnica e pelo relato dos usuários do serviço. No entanto, a mudança de gestão do Centro de Acolhida Refúgio III não cessa os procedimentos de averiguação sobre o atendimento prestado pela OSC Associação Lar Ditoso", diz trecho da nota.

A Smads afirma que o procedimento de averiguação (com prazo de conclusão entre 10 e 15 dias) foi aberto no dia 20 de março, data de inauguração do albergue.

A gestão do espaço a partir de agora será feita pelo CRDC (Centro de Referência e Desenvolvimento Comunitário Correia). Em sua página na internet, a empresa diz ter sido criada no início dos anos 2000. A CRDC possui ao menos outros cinco contratos com a Prefeitura e São Paulo, que versam sobre cuidados com pessoas em situação de vulnerabilidade.

Cabe à organização avaliar questões relacionadas a recrutamento de pessoal e manutenção, afirma a prefeitura.

BARRACAS

O encerramento do convênio com a Associação Lar Ditoso acontece no momento em que a gestão Ricardo Nunes inicia operação para remover barracas de pessoas em situação de rua de vias e calçadas.

O prefeito tem dito que os albergues estão prontos para acolher os sem-teto, mas no recém-inaugurado Cidade Refúgio III, por exemplo, as queixas incluem falta de água para banho, vasos sanitários sem assentos, fiações expostas, tomadas sem energia elétrica, vazamentos e alagamentos.

Na ocasião da publicação da reportagem, a Smads afirmou que todos os serviços implementados passam por vistorias da área técnica da pasta e que em hipótese alguma os equipamentos são entregues sem as devidas condições para receber os acolhidos.

TCU

Militares gastaram verba da Covid com salgadinho e picanha

O TCU (Tribunal de Contas da União) detectou que o Ministério da Defesa e as Forças Armadas gastaram irregularmente recursos destinados ao enfrentamento da pandemia da Covid-19. A informação consta em auditoria do tribunal votada na última quarta-feira.

A conclusão teve como base a análise de R$ 15,6 milhões de despesas executadas por Defesa e Forças Armadas com recursos enviados pelo Ministério da Saúde a título de ressarcimento ao apoio logístico prestado em ações na pandemia em 2020 e 2021.

Entre as irregularidades, o tribunal citou R$ 256 mil de gastos do Exército com salgados típicos para serem servidos em coquetel, sorvetes e refrigerantes. Foram usadas nesses casos verbas de ressarcimento da Covid.

Os auditores destacaram que, em razão de seu baixo valor nutritivo e sua finalidade habitual, os alimentos "muito provavelmente não teriam sido utilizadas para o reforço alimentar da tropa empregada na Operação Covid-19".

Além disso, houve compra de 12 mil quilos de cortes nobres de carne bovina (filé mignon e picanha) por R$ 447 mil, feitas por apenas duas organizações militares.

O gasto, segundo o documento, representa 22% do total despendido por todas as unidades do Exército com carne bovina em geral, que foi de R$ 2 milhões adquiridos por 45 organizações militares.

A auditoria foi solicitada pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara e executada pela secretaria-geral de Controle Externo e pela estrutura que cuida de Defesa Nacional e Segurança Pública do TCU.

O tribunal lembrou que uma normativa interna do Exército autoriza a compra de cortes bovinos nobres. Porém disse que a atuação da administração pública, além de observar o princípio da legalidade, deve atentar para os princípios da razoabilidade e do interesse público.

O TCU também identificou que organizações militares aplicaram recursos provenientes de crédito extraordinário para enfrentamento à pandemia em despesas de manutenção de bens imóveis que não preenchiam requisitos de imprevisibilidade e urgência.

Ao todo, foi gasto R$ 1,8 milhão com recursos da Covid para esses fins, excluindo os hospitais militares.

Foram feitas obras de reforma de grande vulto em várias unidades, como adaptação de instalações para construção de alojamentos e salas de instrução, e troca de pisos e telhado em unidades militares que se encontravam em uso.

Uma unidade apresentou o gasto de R$ 48 mil com a troca de persianas, sem que ficasse comprovado que era uma condição imprescindível para possibilitar a realização dos trabalhos de enfrentamento à pandemia.

TSE

Ação que pede Bolsonaro inelegível chega à fase final

O corregedor-geral eleitoral, Benedito Gonçalves, concluiu a fase de coleta de provas no processo mais adiantado contra a chapa encabeçada por Jair Bolsonaro (PL) nas eleições de 2022. O caso pode levar à inelegibilidade do ex-presidente.

Na sexta-feira, o ministro do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) determinou a intimação das partes para que apresentem seus últimos argumentos (alegações finais) nos autos da AIJE (ação de investigação eleitoral).

A ação trata do encontro promovido por Bolsonaro no Palácio do Alvorada com embaixadores em julho do ano passado, quando o então mandatário fez ataques sem provas ao sistema eleitoral.

São partes, além de Bolsonaro, o então candidato a vice Walter Braga Netto (PL) e o PDT, partido da base do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e autor da representação que deu início à ação.

A partir da intimação, eles terão dois dias para apresentar as alegações finais. Na sequência, a PGE (Procuradoria-Geral Eleitoral) opinará sobre o caso também em prazo de 48 horas.

Quem toca a PGE é o subprocurador Paulo Gonet Branco, designado por Augusto Aras para a função de vice-procurador-geral eleitoral.

A ação apura a suposta prática de abuso de poder político e de uso indevido dos meios de comunicação na realização do encontro com dezenas de representantes estrangeiros.

Naquele encontro, Bolsonaro repetiu teorias da conspiração sobre as urnas eletrônicas, promoveu novas ameaças golpistas e atacou ministros dos tribunais superiores.

Gonçalves afirmou que há nos autos "rico acervo probatório" e que ele foi "formado com ampla participação das partes e do MPE [Ministério Público Eleitoral]".

Foi possível, segundo o magistrado, "conjugar contraditório e celeridade, conduzindo-se o procedimento com estrita observância ao diálogo processual, à boa-fé objetiva, ao princípio da não surpresa e ao dever de fundamentação".

"Em pouco mais de 3 meses, foram realizadas cinco audiências e requisitados todos os documentos, inclusive procedimentos sigilosos, relacionados aos fatos relevantes para deslinde do feito", destacou.

Entre os documentos juntados ao processo está a minuta do golpe, proposta de decreto para a instauração de um estado de Defesa no TSE.

O papel foi recolhido na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres, alvo de inquérito no STF (Supremo Tribunal Federal) sobre os ataques golpistas de 8 de janeiro. Torres, que está preso, prestou depoimentos nos autos da ação de investigação eleitoral.

O aliado de Bolsonaro disse desconhecer a autoria da minuta golpista e reafirmou o que falou em depoimento à PF em fevereiro que o papel era descartável e "sem viabilidade jurídica". "Essa pseudo-minuta, para mim, era um lixo", disse Torres.

O PDT pediu ao TSE que o documento fosse anexado ao processo por entender que faz parte do contexto de um plano encampado por Bolsonaro e aliados para desacreditar o sistema eleitoral, culminando com a ideia de se subverter o resultado das urnas.

EDUCAÇÃO

Governo barrará novo ensino médio e mudanças no Enem

Pressionado por críticas crescentes de educadores e estudantes, o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai suspender a implementação do novo ensino médio. Uma portaria deve ser publicada nos próximos dias com a interrupção do prazo de implementação da política.

O texto também irá sustar as mudanças no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) previstas para 2024, que adequariam o exame ao previsto nas novas regras da etapa. O Enem é a principal porta de entrada para o ensino superior público no país.

Essa suspensão ocorrerá, inicialmente, enquanto perdura o prazo da consulta pública sobre o tema. Iniciada em março, a consulta tem 90 dias de duração, com possibilidade de prorrogação, e mais 30 dias para o MEC (Ministério da Educação) elaborar um relatório.

Na prática, a suspensão de ter em 2024 um novo formato do Enem é a principal consequência.

O ministro da Educação, Camilo Santana, tem dado várias declarações em que se coloca contrário à revogação do novo ensino médio, como pressionam setores envolvidos no debate educacional. Ele tem defendido que haja ajustes no modelo e que revogar tudo seria um retrocesso.

A portaria com a suspensão —que altera, por sua vez, a portaria 521 de julho de 2021— tem anuência da equipe próxima ao presidente Lula. A avaliação do Palácio do Planalto é de que o governo tem sofrido desgastes exagerados ao manter a reforma, sobretudo entre estudantes —os jovens não representariam uma base consolidada de apoio ao presidente muito por que não viveram os anos dos dois mandatos de Lula.

Uma revogação total da reforma dependeria de atuação do Congresso, por ter ocorrido por lei. A suspensão dos prazos foi a saída vista pelo governo para acalmar os ânimos dos críticos e evitar maiores impactos à imagem do governo e do presidente Lula.

O novo ensino médio foi aprovado em 2017, a partir de medida provisória (que acelera a tramitação), e prevê a organização da grade horária em duas partes.

Assim, 60% da carga horária dos três anos é comum a todos os estudantes, com as disciplinas regulares. Os outros 40% são destinados às disciplinas optativas dentro de grandes áreas do conhecimento, os chamados itinerários formativos.

O número de horas anuais obrigatórias passa de 800 para ao menos 1.000, ou de quatro para cinco horas diárias.

A implementação do novo formato tornou-se obrigatória em 2022 e tem registrado uma série de problemas. Os estudantes reclamam, principalmente, de terem perdido tempo de aula de disciplinas tradicionais. Há casos de disciplinas desconectadas ao currículo e deficiências de oferta dos itinerários a todas as escolas.

A revogação total não agrada secretários estaduais de Educação. Eles argumentam ter realizado trabalho importante para estruturar o novo modelo. Mais de 80% das matrículas do ensino médio estão nas redes estaduais.

SAÚDE

Anvisa flexibiliza uso de máscara em serviços de saúde

A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) flexibilizou o uso de máscaras por pacientes e profissionais de saúde em serviços de saúde. A nova recomendação foca em situações específicas, não sendo necessário mais o uso para todas as pessoas.

A recomendação continua para pacientes com sintomas respiratórios ou positivos para Covid-19 e acompanhantes, além de pacientes que tiveram contato próximo com caso confirmado durante o período de transmissibilidade da doença.

Já os profissionais que devem continuar usando são os que fazem triagem em pacientes, além dos que estiverem presentes nas áreas de internação de pacientes, como, por exemplo, as enfermarias, os quartos, as unidades de terapia intensiva, as unidades de urgência e emergência.

A Anvisa ressaltou, em nota, ser importante reforçar a recomendação de continuidade do uso de máscara nos serviços de saúde para os acompanhantes e os visitantes de pacientes internados. A orientação é não retirar a máscara durante a permanência dentro do estabelecimento de saúde, inclusive no quarto ou na enfermaria que o paciente estiver.

A agência reguladora disse que a decisão de flexibilizar o uso foi tomada considerando discussões técnicas sobre o assunto, a queda no número de casos e óbitos provocados pela doença no país, além da oferta de vacinas contra Covid-19 pelo Ministério da Saúde.

A necessidade do uso de máscaras em serviços de saúde existe desde o início da pandemia, em 2020. As recomendações estão continuamente sendo reavaliadas, de acordo com a situação epidemiológica da Covid-19 no país e a partir da análise do cenário de ocorrência de surtos e casos de transmissão intra-hospitalar da doença, entre outros aspectos.

"A Anvisa reforça que a publicação dessa nova versão da Nota Técnica apresenta medidas de prevenção e controle de infecções baseadas em publicações científicas disponíveis até o momento da revisão desse documento", disse.

"Além disso, essa atualização tem como fundamento a opinião e a prática de especialistas de diversas sociedades científicas e regiões do país, com reconhecido saber, podendo ser atualizada de acordo com o surgimento de novas evidências científicas", acrescenta.

NARCOTRAFICANTE

Polícia do Rio prende mulher suspeita de liderar facção no RN

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), anunciou na noite deste domingo passado a prisão de uma mulher que seria chefe de uma facção criminosa no Rio Grande do Norte responsável pelos ataques que ocorreram no estado mês passado.

Andreza Cristina Lima Leitão, 31, conhecida como "Andreza Patroa" ou "Bibi Perigosa", foi presa por policiais da DRE (Delegacia de Repressão a Entorpecentes) em Campo Grande, zona oeste do Rio.

Por meio de um trabalho de inteligência e monitoramento, segundo a Polícia Civil do Rio de Janeiro, a mulher foi capturada depois que saiu do Complexo da Penha, na Zona Norte, onde estava escondida. Havia um mandado de prisão contra ela.

"Ela é considerada uma das maiores traficantes e acumula vários processos na Justiça potiguar por tráfico de drogas, organização criminosa e pelos ataques do mês passado", disse Castro.

Segundo as investigações, a criminosa se escondeu em comunidades fluminenses dominadas pelo Comando Vermelho depois dos ataques terroristas promovidos no Rio Grande do Norte.

O apelido "Bibi Perigosa" é o mesmo usado pela produtora de cinema Fabiana Escobar, ex-primeira-dama do tráfico da Rocinha que inspirou Glória Perez a criar a personagem protagonista da novela "A Força do Querer", exibida pela TV Globo em 2017.

Ao falar sobre a prisão, o governador disse que não vai permitir que criminosos de outros estados se escondam no Rio e parabenizou os policiais civis, chamados por ele de guerreiros.

Segundo Castro, a prisão da mulher ocorreu após um trabalho de inteligência realizado pela Polícia Civil.

A mulher assumiu o comando da facção após a morte do seu companheiro, em setembro de 2016, de acordo com a DRE.

No dia 22 de março, uma operação deflagrada por forças de segurança no Rio Grande do Norte prendeu 15 suspeitos de integrarem o Sindicato do Crime, grupo criminoso apontado como organizador dos ataques no estado.

Coordenada pelo Ministério Público do RN, a operação Sentinela cumpriu 13 mandados de prisão e 26 de busca e apreensão na capital, Natal, e em mais nove cidades. Duas pessoas foram presas em flagrante com armas, drogas, celulares e dinheiro.

AÇÃO DA PRF

PF investiga interferência de Torres no 2º turno das eleições

A Polícia Federal investiga uma viagem do ex-ministro da Justiça Anderson Torres à Bahia, na véspera do segundo turno das eleições presidenciais de 2022. A viagem, à época, foi justificada para reforçar a atuação de policiais federais no combate à crimes eleitorais, como compra de votos. No entanto, há suspeita que Torres viajou para pressionar a PF a barrar eleitores de votarem na região onde Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do PT, tinha mais votos.

Sem agenda prévia, Torres viajou para Bahia acompanhado do então diretor geral da PF Marcio Nunes. No local, ele orientou o superintendente da PF na Bahia Leandro Almada para coibir, em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), crimes eleitorais. A presença de Torres causou surpresa dentro da PF e foi vista como pressão do governo de Jair Bolsonaro para interferir no processo eleitoral, noticiou o blog de Andreia Sadi, do G1.

Após o encontro, conforme a jornalista, uma equipe de Torres enviou uma lista de cidades onde os policiais deveriam atuar.

De acordo com o colunista Lauro Jardim, do jornal O Globo, a lista foi elaborada pela delegada Marília Ferreira Alencar, então diretora de Inteligência do Ministério da Justiça. O documento trazia os locais onde o candidato do PT tinha sido mais votado no primeiro turno das eleições.

Conforme os jornalistas, a viagem de Torres à Bahia ocorreu um dia após o ex-deputado federal Roberto Jefferson ter atirado e lançado granadas contra policiais federais que foram à casa dele, no interior do Rio de Janeiro, para cumprir um mandado de prisão. O motivo foi um vídeo que o ex-parlamentar publicou na internet em que ofendeu a ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), com palavras de baixo calão. Na época, Torres foi escalado por Jair Bolsonaro para ir até a casa de Jefferson para acompanhar o caso, mas recuou.

Apesar da orientação de Torres, o ex-superintendente da PF na Bahia não cumpriu a ordem, conforme o blog de Sadi.

No dia 30 de outubro, segundo turno das eleições, o então diretor geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF) Silvinei Vasques comandou diversos bloqueios em rodovias no Nordeste, a título de fiscalizar eventuais irregularidades em veículos, o que dificultou a chegada de eleitores aos locais de votação.

CLIMA

Forte ressaca invade ruas e inunda casas no litoral do RJ

A forte ressaca que atinge o litoral do Rio de Janeiro causou ondas que invadiram as ruas e deixaram casas inundadas em Arraial do Cabo, na Região dos Lagos, ontem. Os locais mais atingidos são bairros dos distritos de Monte Alto e Figueira. Não há registro de feridos.

A previsão é que o mar continue agitado até hoje em todo o litoral do Rio, com ondas de até 3,5 metros. O alerta da Marinha já estava vigente, mas com término previsto para esta segunda. Agora, o aviso vale até pelo menos as 9h de hoje.

Imagens que circulam nas redes sociais mostram que a água do mar avançou pela faixa de areia da praia, tomando ruas e casas.

A prefeitura afirma que os bairros afetados têm histórico de inundação em época de ressaca porque a água do mar vai ao encontro da Lagoa de Araruama. A recomendação é que as famílias que vivem nos locais já atingidos pela água busquem locais seguros para se abrigar.

A Defesa Civil do município entrou em alerta ainda neste domingo. Em caso de emergência, a população pode ligar para o 199 ou para o número (22) 98123-1182.

A ressaca também deu as caras na capital fluminense. No Leblon, na zona sul, a água do mar invadiu a avenida Delfim Moreira, uma das principais do bairro, que chegou a ser interditada.

Já em Niterói, na região metropolitana do Rio, ondas gigantes surpreenderam banhistas na praia de Itacoatiara no domingo. A água chegou a cobrir totalmente a pedra do Pompo, fazendo com que os frequentadores deixassem o local. Ninguém se feriu.

O Corpo de Bombeiros afirma que realizou 231 salvamentos nas praias do estado entre sexta-feira e domingo. A área com mais registros foi Copacabana, na zona sul do Rio, com 171 resgates. Em seguida estão Angra dos Reis (23) e Cabo Frio (7).

A explicação dos meteorologistas para o mar agitado é um ciclone extratropical que atinge o Sudeste. A passagem de centros de baixa pressão traz frentes frias que promovem agitações no oceano, causando a formação de ondas grandes.

De acordo com a agência Climatempo, um sistema de alta pressão deve favorecer a redução das nuvens a partir desta terça, e a previsão é que as temperaturas subam. O tempo deve ficar estável na maior parte do estado, com possibilidade de pancadas de chuva no sul do Rio.

Para amanhã, a previsão é de predomínio de sol e tempo estável. Estão previstas pancadas de chuva isoladas no fim do dia apenas nas regiões sul, centro sul e serrana do estado.

ALERTA

A Marinha do Brasil informa que permanece em vigor até a manhã desta terça-feira o aviso de ressaca nas praias do Rio de Janeiro, Niterói e interior do estado, com previsão de ondas de até 3 metros de altura.

Nota

IMPASSE ENTRE ENFERMEIROS E MUNICÍPIO DO RIO DEVE IR A JULGAMENTO

Em meio à queda de braço para a implementação do novo piso nacional dos enfermeiros, a liderança sindical da categoria no Rio e o município carioca ainda travam outra batalha por reajuste, mas não chegaram ao acordo para encerrar a greve iniciada no mês passado. O caso deve seguir para julgamento no TRT-1 (Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região). Em nova audiência no tribunal na manhã de ontem, os representantes dos empregadores não apresentaram proposta para o reajuste, segundo o órgão. "Estamos abertos a negociação, mas a prefeitura não está querendo negociar. Vamos continuar mobilizando a categoria. E temos também uma construção nacional para cobrar a implementação do piso salarial", diz Marco Schiavo, superintendente-geral do Sindenfrj (sindicato dos enfermeiros no Rio). Procurada pelo reportagem, a Prefeitura do Rio de Janeiro não respondeu. De acordo com o TRT, o município afirma que não tem ingerência sobre a questão do piso nacional da enfermagem. Nos últimos meses, as lideranças sindicais dos enfermeiros mobilizaram protestos em vários estados para pressionar pelo novo piso salarial da categoria, que está suspenso desde setembro pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

REQUERIMENTO DE LICENÇA

Alexandre José Marques Valente Pinto, CPF 783.475.807-15, toma público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação – SMDEIS, através do processo nº. EIS-PRO-2022/02353.03, Licença Ambiental Municipal para implantação do prédio residencial multifamiliar, com 3 pavimentos no embasamento, mais PUC, mais dez pavimentos de unidades residenciais e telhado, situado no lote 2 do PAL 42.451, à Rua Araújo Leitão, em ZR-5 do Dec. 322 /1976 - XIII R.A. - Engenho Novo - Com a solicitação dos benefícios do Dec. 1.321/1977.

INSTITUTO INTERNACIONAL CORRER BEM

CNPJ 10.705.522/0001-42

Edital Convocação AGO e AGE

Ao dia 13 de abril de 2023, às 18:00 horas, na sede à Rua Monsenhor Jerônimo, nº 248, bairro Engenho de Dentro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.730-110, será realizada a Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária do **INSTITUTO INTERNACIONAL CORRER BEM**, conforme pauta abaixo: AGO: • Aprovar Balanço e Contas; • Aprovar Plano de Trabalho. AGE: • Alteração do Estatuto; • Demais assuntos de interesse. **Fernando Barbosa de Oliveira** - Presidente

ALFA COOPERATIVA DE TRABALHO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE.
CNPJ Nº. 44.070.382/0001-03

CONVOCAÇÃO: A Diretora-Presidente da ALFA COOPERATIVA DE TRABALHO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, vem convocar os cooperados para Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 28.04.2023, na Rua Vereador Luiz Marques do Nascimento, 150 – casa 4 - Centro – São João de Meriti -RJ, para deliberarem acerca da seguinte ordem do dia:. A) - Apresentação do Balanço anual e prestação de contas,.B) - Encerramento das atividades e esclarecimentos sobre os motivos, C) assuntos gerais A Assembléia iniciará os trabalhos, em primeira convocação, às 10:00h, com a presença de 2/3 (dois terços) dos cooperados; em segunda convocação, às 11:00h, com a presença de metade mais um dos cooperados; em terceira convocação, às 12:00h, com a presença mínima de 10 (dez cooperados).

COMPANHIA CAMINHO AÉREO PÃO DE AÇÚCAR
CNPJ/MF: 33.229.410/0001-68 - NIRE: 33.3.0006711-6

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA: A Diretoria da Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar ("Companhia") vem pelo presente convocar os Acionistas para reunirem-se em **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**, a ser realizada **no dia 12 de abril de 2023, às 10:00 horas**, de forma digital e presencial na Av. Pasteur, 520, Urca, nesta cidade, para deliberarem a respeito das matérias constantes da ordem do dia ("Ordem do Dia"): **Ordem do Dia**: Em **Assembleia Geral Ordinária: i)** Tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do parecer dos auditores independentes; **(ii)** Destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e distribuição de dividendos; e **(iii)** Fixação da remuneração global dos administradores para o exercício de 2023; **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** O organograma geral da Companhia, com cargos e salários para cargos de gerência e superiores, orçamento Anual e de Investimentos para o exercício de 2023; **(ii)** Ratificar a aprovação de certas despesas incorridas pela Companhia, conforme alínea (o) do Artigo 9º. do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** Ratificar a aprovação da celebração de contratos por prazo (ou somatório de prazos) superior a 4 (quatro) anos; **(iv)** Alterar o Artigo 6º do estatuto Social da Companhia; e **(v)** Consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Informações aos acionistas:** Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, a documentação pertinente às matérias que serão deliberadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária. Os representantes legais dos acionistas deverão apresentar procuração que outorgue poderes de representação e voto para os temas da ordem do dia. Rio de Janeiro, 04 de abril de 2023. **SANDRO ROBERTO FERNANDES - DIRETOR PRESIDENTE; SÉRGIO LUIZ GONÇALVES ANDREOLI - DIRETOR FINANCEIRO.**

GOVERNO DE ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO RIO DE JANEIRO S/A - BD-RIO "EM LIQUIDAÇÃO ORDINÁRIA"

CNPJ 30.133.060.0001/43

RELATÓRIO DO LIQUIDANTE EXERCÍCIO 2022

Senhores Acionistas.

No cumprimento das atribuições que nos confere a Lei n° 6.404/76, na qualidade de Liquidante do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro S/A BD-RIO "Em Liquidação", eleito em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de Novembro de 2019, submeto a V.Sas. Balanço Patrimonial e respectivas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Relativamente às medidas alcançadas por este Liquidante, informamos que no ano de 2022, consolidamos os avanços obtidos nos anos anteriores, com cumprimento de várias diretrizes que possibilitaram o avanço significativo desta liquidanda na direção da efetiva liquidação da Empresa, em especial com recebimentos de valores cobrados judicialmente da LISER, no valor total de R$ 612.426,47. Além disso, obtivemos a economia de aproximadamente R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) com o trânsito em julgado da ação declaratória nº 0341472-41.2016.8.19.0001.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2022.

BD-RIO S/A "Em Liquidação"
Rodrigo F. Sarruf Cardoso
Liquidante

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E 2021 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

ATIVO	Notas Explicativas	2022	2021
CIRCULANTE		***2.035.738***	***2.688.764***
DISPONIBILIDADE		**205.899**	**943.749**
CAIXA		-	915
BANCO CONTA MOVIMENTO		1	1
APLICAÇAO FINANCEIRA		205.898	942.833
DIREITOS		**1.829.839**	**1.745.015**
ADIANTAMENTOS P/PAGTO		**562.537**	**553.144**
DEPOSITO JUDICIAL		562.537	553.144
TRIBUTOS E CONTR. A COMPENSAR		**514.511**	**510.561**
IRRF A COMPENSAR		165.839	161.889
CONTRIB. SOCIAL A COMPENSAR		*348.672*	*348.672*
ALUGUEL A APROPRIAR		***18.971***	***18.971***
ALUGUEL DE BENS MOVEIS		*18.971*	*18.971*
OUTROS VALORES		***733.819***	***662.338***
CERTIFICADOS DE PRIVATIZAÇÃO E.R.RJ		*664.512*	*593.031*
OUTROS		*69.307*	*69.307*
NÃO CIRCULANTE		**10.287.226**	**10.296.803**
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		**7.482.477**	**7.492.055**
DEVEDORES DIVERSOS		7.482.477	7.492.055
INVESTIMENTOS		**2.039.734**	**2.039.734**
BENS NÃO DE USO PRÓPRIO		2.039.734	2.039.734
IMOBILIZADO		**765.015**	**765.015**
BENS ARRENDADOS		765.015	765.015
TOTAL ATIVO		***12.322.964***	***12.985.567***

PASSIVO	Notas Explicativas	2022	2021
CIRCULANTE		***135.991***	***255.659***
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA		15.876	15.876
IMPOSTOS/ENC.SOCIAIS		8.886	10.911
OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS		111.229	209.439
OUTRAS CONTAS A PAGAR		-	19.433
NÃO CIRCULANTE		***10.117.073***	***10.117.073***
PROV.P/PAGTº A EFETUAR		10.117.073	10.117.073
PATRIMONIO LIQUIDO		**2.069.900**	**2.612.835**
CAPITAL SOCIAL		158.987.017	158.987.017
PREJUÍZOS ACUMULADOS		*(156.917.117)*	*(156.374.182)*
TOTAL PASSIVO		***12.322.964***	***12.985.567***

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E 2021 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

	CAPITAL SOCIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2021	**158.987.017**	(156.884.330)	**2.102.687**
RESULTADO DO EXERCÍCIO		510.148	510.148
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**158.987.017**	(156.374.182)	**2.612.835**
LUCRO/PREJUÍZO LÍQ. DO EXERCÍCIO		(542.935)	(542.935)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**158.987.017**	(156.917.117)	**2.069.900**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E 2021 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

	Notas Explicativas	2022	2021
RECEITAS OPERACIONAIS		**154.196**	**1.455.190**
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	2.1	71.481	131.309
RECEITAS OPERACIONAIS-FINANCEIRAS	2.2	34.327	12.390
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	2.3	48.388	1.311.491
DESPESAS OPERACIONAIS		(697.131)	(779.984)
ADMINISTRATIVAS		(601.808)	(653.936)
TRIBUTÁRIAS		(95.323)	(126.048)
RESULTADO EXERCICIO ANTES DA PROV. P/IR E CSLL		**542.935**	**675.206**
PROVISÃO P/CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			(70.897)
PROVISÃO P/IMPOSTO DE RENDA			(94.161)
RESULTADO DO EXERCÍCIO APÓS PROV. P/IR E CSLL		**542.935**	**510.148**
LUCRO/PREJUÍZO LÍQ. DO EXERCÍCIO		**542.935**	**510.148**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro S/A, com base na deliberação tomada pelos acionistas em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 28 de junho de 1989, teve sua liquidação convolada em ordinária, situação em que se encontra até a presente data.

As demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram elaboradas e estão apresentadas em consonância com o que determina a Lei nº. 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 11.638, de 28.12.2007 e 11.941, de 27.05.2009, cabendo destacar:

a) O resultado das operações é determinado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios, contemplando todas as variações patrimoniais ocorridas durante o exercício social;

b) Ativo Circulante e Ativo Não Circulante são apresentados pelo valor de realização até a data do balanço;

c) Todas as demonstrações foram elaboradas com base nos saldos apurados no balancete de encerramento.

NOTA 1 - DIREITOS:

O saldo apresentado está assim composto:

	Nota	2022 R$	2021 R$
Depósito Judicial		562.536,70	553.144,17
Tributos e Contribuições à Compensar		514.511,49	510.561,09
Aluguel de bens imóveis		18.971,12	18.971,12
Certificado de Privatização Estado do RJ		664.512,00	593.031,00
Outros		69.307,37	69.307,37
Total de Direitos		**1.829.838,68**	**1.745.014,75**

NOTA 2 – RECEITAS:

O saldo apresentado está assim composto:

	Nota	2022 R$	2021 R$
Outras Rendas Operacionais	2.1	71.481,00	131.309,00
Receitas Operacionais Financeiras	2.2	34.326,73	12.389,74
Outras Receitas Operacionais	2.3	48.387,76	1.311.490,91
Total das Receitas		**154.195,49**	**1.455.189,65**

2.1- Atualizações dos Certificados de Privatização do Estado do Rio de Janeiro;

2.2- Rendimentos de Aplicações Financeiras no exercício;

2.3- Recebimentos dos Processos Judiciais de números: 0042967-43.2009.8.19.0001/0125159-09.2004.8.19.0001 e 0059263-10.1990.8.19.0001.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES

I. Os investimentos mantidos na Ciferal Comércio e Indústria S.A "em liquidação" mantiveram-se nulos.

II. O Capital Social subscrito e integralizado, em 31.12.2022 é de R$ 158.987.017,12 (cento e cinquenta e oito milhões e novecentos e oitenta e sete mil e dezessete reais e doze centavos), representado por 59.451.621.559 (cinquenta e nove bilhões e quatrocentos e cinquenta e um milhões, seiscentos e vinte e um mil e quinhentos e cinquenta e nove reais) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, cabendo ao Estado do Rio de Janeiro 99,95% da totalidade das ações.

III. O BD-RIO, através do Processo Administrativo de número E-12/100.002/2012 de 09/02/2012, consta como réu no processo judicial de nº. 0025428-44. 2002.4.02.5101, autor Caixa de Previdência dos funcionários do Sistema PREVI/BANERJ. O BD-RIO foi condenado a indenizar o Autor. Porém cabe ressaltar que a sentença ainda não foi executada, estando o processo aguardando início do cumprimento de sentença. O valor de R$ 46.584.636,16 (quarenta e seis milhões e quinhentos e oitenta e quatro mil e seiscentos e trinta e seis reais e dezesseis centavos), valor este atualizado em 04 de agosto de 2021, com base no Manual de Orientação de Cálculos da Justiça Federal, até 31 de dezembro de 2022.

IV. O BD-RIO é parte em processos judiciais de natureza cível e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios antes de sua liquidação ordinária. A respectiva provisão para contingências foi constituída considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos da Companhia. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas nos processos no valor total de R$ 7.012.111,83 (sete milhões e doze mil e cento e onze reais e oitenta e três centavos).

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2022.

RODRIGO FELIX SARRUF CARDOSO
LIQUIDANTE
CPF 087.327.567-55

SANDRA DA SILVA SOARES
CONTADORA - CRC/RJ 085.266/O-7
CPF 441.208.427-20

OUTONO: Sol com poucas nuvens. Não chove. Manhã Tarde Noite 31º 20º 5% 06:02 17:48

BUENOS AIRES

Secretário de Segurança é atacado a socos e pedradas

O secretário de Segurança da província de Buenos Aires, na Argentina, foi agredido a socos e pedradas ontem, durante um protesto de motoristas de ônibus. A manifestação foi motivada pelo assassinato de um condutor numa tentativa de assalto.

Sergio Berni chegou ao local de helicóptero por volta das 11h40 e caminhou até o grupo para conversar, mas foi logo atacado, segundo a imprensa local. Ele estava acompanhado do secretário de Transporte, Jorge D'Onofrio, e de uma pequena equipe de policiais.

Os agentes não conseguiram conter os manifestantes, que cercaram o secretário. Os xingamentos escalaram até que eles o encurralaram em um muro, desferindo golpes e jogando objetos, conforme as imagens divulgadas por diferentes emissoras que cobriam a greve.

Em certo momento, já com o nariz inchado e coberto por sangue, o vídeo mostra que ele coloca as mãos no rosto e parece quase desmaiar. A agressão durou cerca de 30 minutos e só foi encerrada porque a infantaria da polícia chegou e usou bombas de efeito moral para retirá-lo do local.

Berni foi levado ao Hospital Churruca, da Polícia Federal Argentina, e está em observação. Além dele, ao menos outros oito policiais e diversos manifestantes ficaram feridos, segundo as informações divulgadas até agora.

A poucos metros de onde ele estava sendo agredido, por exemplo, um policial foi filmado pelo canal de notícias A24 acertando seu escudo na cabeça de um motorista de ônibus que conversava com outro agente, o que gerou um movimento de repúdio nas redes.

O caso aconteceu nos limites da cidade de Buenos Aires, na avenida General Paz, na altura da Ruta Nacional 3. A cerca de 30 quilômetros dali, no município vizinho La Matanza, o motorista de ônibus Daniel Barrientos, 65, foi morto durante uma tentativa de assalto horas antes.

O condutor, que estava prestes a se aposentar, foi baleado quando ao menos dois assaltantes armados entraram no ônibus. Eles trocaram tiros com um policial que também estava no transporte numa região chamada Virrey del Pino, onde a polícia faz a reconstituição do crime nesta segunda.

A morte desencadeou uma greve de motoristas de ônibus desde as 7h30 em toda a zona oeste da região metropolitana de Buenos Aires --onde vivem 14 milhões de pessoas, um terço da população do país--, segundo anunciou o sindicato Unión Tranviarios Automotor (UTA).

O ministro da Segurança agredido ia falar com os grevistas, de acordo com o secretário de Transporte que o acompanhava. Ambos são subordinados a Axel Kicillof, governador da província de Buenos Aires.

"Talvez tenhamos avaliado mal os interlocutores, mas o secretário ia anunciar que um suspeito foi preso, que os demais foram identificados, e ajustar todos os sistemas de segurança que precisam ser ajustados", disse Jorge D'Onofrio à rádio Con Vos.

A presença das autoridades, porém, causou o efeito contrário. Os motoristas se diziam revoltados e cansados com a falta de segurança para trabalhar e com promessas de melhorias que não teriam sido cumpridas por Berni.

TPAE TRANSMISSÃO DE ENERGIA

TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 10.938.103/0001-50

Relatório da Administração - Apresentamos a seguir as demonstrações financeiras da Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A. e o relatório dos auditores independentes.

Balanço patrimonial em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.683	4.220
Contas a receber de clientes	5	937	824
Tributos a recuperar	6	1.314	997
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	7	6.629	9.339
Adiantamentos diversos		-	1.016
Despesas antecipadas		69	40
Total do Ativo Circulante		**16.632**	**16.436**
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Contrato de mútuo - parte relacionada		98	98
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	7	81.979	79.036
Imobilizado		17	9
Total do Ativo Não Circulante		82.094	79.143
Total do Ativo		**98.726**	**95.579**

Passivo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores		206	31
Impostos corrente a pagar		36	33
Obrigações trabalhistas e sociais		29	-
Encargos setoriais		309	308
Contas a pagar		998	1.000
Empréstimos	8	3.097	1.547
Instrumentos financeiros derivativos	8.1	2.727	264
Dividendos a pagar	10.1	3.559	1.038
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	11.1	83	94
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	11.2	212	-
Total Passivo Circulante		**11.256**	**4.315**
Não Circulante			
Contas a pagar		-	998
Empréstimos	8	34.557	36.480
Instrumentos financeiros derivativos	8.1	-	1.860
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	11.2	2.624	13.225
Provisão contingente	9	164	-
Total Passivo Não Circulante		**37.345**	**52.563**
Patrimônio Líquido			
Capital social	12	38.146	38.146
Reserva legal	12	1.298	549
Reserva de lucros	12	10.675	-
Reserva de capital	12	6	6
Total Patrimônio Líquido		**50.125**	**38.701**
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		**98.726**	**95.579**

Demonstração do resultado do exercício
Em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	13	10.167	8.726
Custos dos bens construídos e serviços prestados	14	(847)	(2.337)
Resultado operacional bruto		**9.320**	**6.389**
Despesas e receitas operacionais			
Outras despesas e receitas operacionais	15	(1.092)	512
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**8.228**	**6.901**
Despesas financeiras	16	(6.190)	(4.455)
Receitas financeiras	16	3.150	2.072
Resultado financeiro líquido		**(3.040)**	**(2.383)**
Lucro o antes do imposto de renda e da contribuição social		**5.188**	**4.518**
Contribuição social	11	(192)	(130)
Imposto de renda	11	(402)	(248)
Contribuição social diferida	11	2.522	(17)
Imposto de renda diferido	11	7.867	(34)
Lucro líquido do exercício		**14.983**	**4.089**

Demonstração do resultado abrangente
Em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuizo) líquido do exercício	14.983	4.089
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**14.983**	**4.089**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reservas de capital	Reserva de lucros	Reserva legal	Resultado do exercício	Total
Saldo em 01 janeiro 2021	38.146	6	4.910	345	-	43.407
Resultado do exercício	-	-	-	-	4.089	4.089
Constituição de reservas	-	-	-	204	(204)	-
Dividendos pagos	-	-	(4.910)	-	(3.885)	(8.795)
Saldo em 31 dezembro 2021	38.146	6	-	549	-	38.701
Resultado do exercício	-	-	-	-	14.983	14.983
Constituição de reservas	-	-	10.675	749	(11.424)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(3.559)	(3.559)
Saldo em 31 dezembro 2022	38.146	6	10.675	1.298	-	50.125

Demonstração dos fluxos de caixa
Em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do Imposto de renda e Contribuição social	5.188	4.518
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:		
Depreciação / Amortização	6	-
Juros sobre empréstimos tomados	5.453	2.253
Instrumentos Financeiros	603	204
Provisão (reversão) de contingências	164	-
Receita diferida – Ativo de contrato	(232)	(9.419)
Rendimento sobre aplicação financeira	(846)	-
	10.336	**(2.444)**
Variações dos Ativos e Passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	(114)	9.116
Adiantamentos	1.016	-
Despesas antecipadas	(30)	-
Tributos a recuperar	(447)	(146)
Outros ativos	-	(1.042)
Fornecedores e outras contas a pagar	(826)	16
Impostos correntes a pagar	9	(2.067)
Obrigações Trabalhistas e Sociais	23	-
Outros passivos	-	(3.286)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(474)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**9.493**	**147**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(13)	(9)
Aplicações financeiras e recursos financeiros	846	428
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	**833**	**419**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos	(760)	(1.159)
Juros pagos de empréstimos	(1.409)	(2.253)
Pagamento de instrumentos financeiros	(3.657)	-
Dividendos pagos	(1.037)	(8.334)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**(6.863)**	**(11.746)**
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	**3.463**	**(11.180)**
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	4.220	15.400
No final do exercício	7.683	4.220
Aumento líquido (Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**3.463**	**(11.180)**

Diretoria executiva
Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca - Diretora Financeira
Vagner Alexandre Serratto - Diretor de Operações

Responsável técnico pelas informações contábeis
Leandro Barbalho de Brito - Contador CRC-RJ 092.334/O-9

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se na sede da Companhia.

CIFERAL COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A. - EM LIQUIDAÇÃO

CNPJ 33.012.683/0001-56 NIRE: 33300026614

RELATÓRIO DO LIQUIDANTE EXERCÍCIO 2022

Senhores Acionistas.

No cumprimento das atribuições que nos confere a lei n°. 6.404/76, na qualidade de Liquidante da Ciferal Comercio e Indústria S/A "Em Liquidação", eleito em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de Dezembro de 2019, tendo como seu controlador o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro S/A "Em Liquidação", detentor de 93,58% das ações, submeto a V.Sas. o Balanço patrimonial e respectivas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Relativamente às medidas alçadas por este Liquidante, informamos que no ano de 2022, consolidamos os avanços obtidos nos anos anteriores, com cumprimento de várias diretrizes que possibilitaram o avanço significativo desta liquidanda na direção de sua efetiva liquidação, em especial com a realização de ativos para a liquidação de passivos da empresa. Em especial, foi firmado acordo nos autos da ação de desapropriação nº 0096955-57.2012.8.19.0038 para indenizar a CIFERAL no valor de R$ R$ 8.902.702,72 (oito milhões, novecentos e dois mil, setecentos e dois reais e setenta e dois centavos). A indenização foi calculada com base no valor de R$44,12 m2, conforme apurado em laudo judicial que, posteriormente, anulado pelo Tribunal de Justiça. O mesmo valor para o metro quadrado foi utilizado na ação de servidão nº 0001066-18.2014.8.19.0067, totalizando um valor para indenização de R$ 605.581,63 (seiscentos e cinco mil, quinhentos e oitenta e um reais e sessenta e três centavos). Por força de ordem judicial, a indenização da desapropriação está penhorada em favor do sindicato dos Metalúrgicos.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2022.

Ciferal Comércio e Indústria S/A "Em Liquidação"
Rodrigo Felix Sarruf Cardoso
Liquidante

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E 2021 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

ATIVO	Notas	2022	2021
CIRCULANTE		**326.274**	**7.842**
DISPONIBILIDADE		**318.444**	**12**
CAIXA		470	12
BANCO CONTA MOVIMENTO		317.974	-
DIREITOS		**7.830**	**7.830**
NÃO CIRCULANTE		**2.065.583**	**2.365.583**
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		**2.036.067**	**2.336.067**
DEPOSITOS VINCULADOS		2.036.067	2.336.067
IMOBILIZADO		**29.516**	**29.516**
TERRENOS		29.516	29.516
TOTAL DO ATIVO		**2.391.858**	**2.373.425**

PASSIVO	Notas	2022	2021
CIRCULANTE		**4.707**	**7**
CONTRIB. SOC. A RECOLHER		1.765	7
PROVISÃO P/IRPJ		2.942	-
NÃO CIRCULANTE		**23.281.229**	**23.290.806**
CREDITOS COLIG./CONTROL.		5.412.518	5.422.095
OUTRAS OBRIGAÇÕES		17.868.711	17.868.711
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(20.894.078)	(20.917.388)
CAPITAL SOCIAL		27.363.968	27.363.968
(-)PREJUÍZOS ACUMULADOS		(48.258.046)	(48.281.356)
TOTAL DO PASSIVO		**2.391.858**	**2.373.425**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E 2021 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

	2022	2021
RECEITAS OPERACIONAIS	**42.000**	**-**
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	42.000	-
DESPESAS OPERACIONAIS	**(13.983)**	**(2.922)**
ADMINISTRATIVAS	(13.983)	(2.112)
DESPESAS TRIBUTARIAS	-	(810)
DESPESAS FINANCEIRAS	-	-
RESULTADO EXERCÍCIO ANTES DA PROV.P/IR E CSLL	**28.017**	**(2.922)**
PROVISÃO P/CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(1.765)	-
PROVISÃO P/IMPOSTO DE RENDA	(2.942)	-
RESULTADO EXERCÍCIO APÓS PROV.P/IR E CSLL	**23.310**	**(2.922)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO/PREJUIZO DO EXERCICIO	**23.310**	**(2.922)**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E 2021 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

	CAPITAL SOCIAL	*RESERVA REAVAL.*	*PREJUÍZOS ACUMULADOS*	*TOTAL*
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2021	***27.363.968***	-	(48.278.434)	(20.914.466)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			(2.922)	(2.922)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	***27.363.968***	-	(48.281.356)	(20.917.388)
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2022	***27.363.968***	-	(48.281.356)	(20.917.388)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			23.310	23.310
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	***27.363.968***	-	(48.258.046)	(20.894.078)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

NOTA 01 – Contexto Operacional: A Ciferal Comércio e Indústria S/A, foi colocada em regime de Liquidação Ordinária em 19.12.95, na forma dos artigos 210 a 218 da lei 6.404/76. A empresa tem como acionista controlador o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro S/A – BD-RIO, Em Liquidação Ordinária, estando assim sobre controle estatal indireto, pertencendo ao Estado a maior parte dos débitos e créditos existentes;

NOTA 02 – Principais Práticas Contábeis: 2. a) Ativo Imobilizado: os imóveis estão representados pelo valor de avaliação efetuada pela APSIS, em 25/08/98. A depreciação foi calculada e registrada pelo método linear e taxas fixadas que leva em consideração a vida útil e econômica dos bens; **2. b)** Passivo Exigível a Longo Prazo: Os saldos das contas "Conta-Corrente BD-Rio S/A" e Conta-Corrente-BD-Rio S/A Reciferal" representam os pagamentos de obrigações e despesas da Ciferal e Reciferal efetuados pelo controlador BD-RIO;

NOTA 03 - Ajustes de Exercícios Anteriores: O valor total registrado no Ativo de R$ 2.036.067,03(Dois milhões e trinta e seis mil e sessenta e sete reais e três centavos), sendo R$ 1.446.008,53 (Um milhão e quatrocentos e quarenta e seis mil e oito reais e cinquenta e três centavos), referentes a depósitos judiciais e em ajustes de exercícios anteriores R$ 590.058,50 (Quinhentos e noventa mil e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos) de Bloqueio Judicial, contudo os valores depositados estão sub judice, gerando incertezas quanto ao seu recebimento;

NOTA 04 – Ajustes de Exercícios Anteriores: O valor total registrado no Passivo-Outras Obrigações R$ 17.868.710,97 (Dezessete milhões e oitocentos e sessenta e oito mil e setecentos e dez reais e noventa e sete centavos), relativos a obrigações de Terceiros, ações tributárias e ações trabalhistas, resultante de eventos passados, cuja liquidação seja possível;

NOTA 05 – Capital Social: O Capital Social, em 31/12/2022, totalmente integralizado, é de R$ 27.363.969, estando representadas por 27.363.969 ações.

Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 2022

RODRIGO FELIX SARRUF CARDOSO
LIQUIDANTE
CPF 087.327.567-55

SANDRA DA SILVA SOARES
CONTADORA: CRC/RJ - 085266/O-7
CPF 441.208.427-20